

O.K.A.



Observatório Kunangue Aty Guasu

O que é a O.K.A?

É uma rede jurídica, antropológica, de acolhimento e cuidado psicossocial, assistência social, ecologias ancestrais, meio ambiente, comunicação e arte e, finalmente, movimentos sociais, organizações populares, coletivos e educação popular, para atendimento às mulheres Kaiowa e Guarani vítimas de violência.

Conheçam a nossa rede O.K.A:

Organização da O.K.A

- Organizar grupo de trabalho interdisciplinar (advogadx/estagiárixs, psicológxs, assistentes sociais, antropólogxs) para acompanhamento das denúncias da base e responsáveis por elaboração de relatórios acerca das violências advindas das denúncias da base e da elaboração de informes regulares nas plataformas da KAG;
- Organizar grupos de trabalho para atuação sobre temáticas específicas a partir da relatoria da base responsável por definir a estratégia jurídica, elaboração de documentos jurídicos e institucionais acerca das denúncias, mobilização e articulação com instituições;
- Elaboração e atualização de cursos de formação e eventos públicos para mobilização da comunidade interna e da comunidade não indígena sobre os direitos em risco e violências sofridas pelos Guarani Kaiowá;
- Enviar relatórios e informes para equipe de tradução para sua divulgação em guarani, português, inglês e espanhol;
- Elaborar relatório anual com suas atividades e denúncias da base.

AJUPI O.K.A

O que é a AJUPI?

Ajupi, na língua guarani, significa subir. Uma subida difícil. Assim também entendemos o acesso à justiça e a efetivação dos direitos para os povos indígenas, como uma subida difícil, mas muito necessária.

A Assessoria Jurídica Popular Indígena (**A**ssessoria **J**urídica aos/ dos **P**ovos **I**ndígenas) visa garantir o acesso à justiça com a prestação de atendimento jurídico gratuito às mulheres Guarani e Kaiowá, buscando o diálogo intercultural e o respeito à livre determinação dos povos indígenas.

A partir das experiências da assessoria jurídica popular e em permanente diálogo com a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Indígenas (RNAI / APIB), com os pés na realidade dos tekohas, busca-se uma escuta atenta e sensível, com respeito aos direitos das mulheres indígenas, respeito aos sistemas jurídicos internos, modo de ser e existir Guarani e Kaiowá.

O caminho da assessoria jurídica popular indígena (assessoria jurídica aos/ dos povos indígenas) passa por compreender a violação a partir do olhar e voz das e dos Guarani e Kaiowá. Deve-se levar em conta os caminhos na busca pelo *tekojoja*, os saberes das Ñandesys, Ñanderus, anciãos, rezadoras, parteiras e Jarys.

Além da incidência estratégica e atuação jurídica (local/ nacional e internacional), busca-se sobretudo a formação de base, para que haja o fortalecimento da luta das mulheres Guarani e Kaiowá com o empoderamento sobre seus direitos individuais e coletivos, quais sejam:

Direitos territoriais (demarcação já!), direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, direito à língua materna, educação diferenciada, direito à saúde e atendimento digno, direitos culturais, direito à não discriminação, direito à liberdade de crença, proteção dos saberes ancestrais e da medicina tradicional, proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, direito e acesso à água, direito ao trabalho digno e seguridade social, direito à soberania alimentar, dentre tantos direitos cotidianamente violados, que nossos corpos e nossos territórios estejam protegidos e não sejam mais atacados, feridos, explorados e violentados.

Para isso, é de vital importância a reafirmação dos nossos direitos frente à cruel realidade de invisibilidade, apagamento histórico, racismo estrutural e institucional e genocídio indígena que vivemos no cone sul do Mato Grosso do Sul. Para isso, a AJUPI O.K.A acredita e trabalhará pela formação de um quadro de acadêmicas(os), advogadas e advogados indígenas no/ do MS e contará com apoio de juristas não indígenas também.

A AJUPI é uma atuação/ assessoria jurídica estratégica visando pressionar os órgãos públicos nacionais - a nível estadual e federal - e os órgãos internacionais em relação à violação de direitos ou a não implementação de direitos pelo Estado. A AJUPI é uma rede de advogadx, que irá se comunicar com a rede de apoio - jurídica, mídia, Estado, organismos internacionais, etc., por meio de uma linguagem institucional.

A sua atuação jurídica estratégica pode compreender diversas atividades que visam pressionar as instituições de interesse, por exemplo: tribunal para responsabilização ou defesa de direitos, organismos internacionais para responsabilizar o Estado por violação de direitos humanos ou a falta de implementação de direitos e fiscalização de políticas públicas (sua criação e implementação). Neste sentido, a AJUPI pode atuar tanto nos órgãos legislativos, judiciários e executivos, como nos organismos internacionais.

Em suma, é um grupo interdisciplinar que atua nas denúncias e encaminhamentos de violações de direitos humanos e exerce uma pressão pública para exigir a implementação de direitos e de justiça.

1. **Objetivos da AJUPI**

Promover a formação de base sobre Direitos dos Povos Indígenas e formar um quadro de acadêmicos(as) e advogadx indígenas para acompanhamento das demandas e violações de direitos que chegam e são denunciadas à Kuñangue Aty Guasu.

Atuar judicialmente com ações estratégicas que estão em pauta - como marco temporal e/ou diante da(s) denúncia(s) que venham da base, por exemplo, a queima de casas de reza, o arrendamento de terras - para garantir o direito constitucional dos povos indígenas aos seus territórios (*tekohas*), especialmente das mulheres guarani e kaiowá.

Incidir diretamente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (MS), oferecendo subsídios para que a formação do convencimento das e dos magistrados seja favorável aos povos indígenas (como *amicus curiae*); promover o debate sobre temas que a base apresenta como relevante diante de denúncias, organizar cursos de formação, oficinas e eventos para mobilização e expansão do debate público sobre as demandas trazidas pela base em que atuamos.

2. Atividades Principais

- Atuação jurídica nos processos a nível local, nacional e internacional. Um exemplo: atuar como *amicus curiae* (que vimos no debate do marco temporal no STF, por exemplo; caso Guyraroká, entre outros);
- Audiência nos gabinetes de ministros(as) e juízes(as) levando pareceres e as lideranças indígenas para conversar diretamente com as magistradas e magistrados;
- Realização de oficinas e cursos para formação de base sobre direitos dos povos indígenas, direitos garantidos na Constituição Federal, Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Declarações sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, OEA);
- Realização de seminários/cursos/rodas de conversa para debater as violações de direitos que são trazidas pela comunidade (base), que pode contar com a presença ainda do Ministério Público (MP), Defensoria Pública, Procuradoria, Universidades, além das lideranças indígenas participantes;
- Exigir e acompanhar processos de consulta prévia, livre e informada aos Guarani e Kaiowá;
- Canal de comunicação com a mídia para ampliação da visibilidade das denúncias e campanhas (organizar e sistematizar os contatos com a mídia companheira, a nível local, nacional e internacional - que pode abranger também mídia de coletivos e movimentos sociais);
- Canal de comunicação com a rede de apoio jurídica - universidades, advogadas/os ativistas, defensoras/es públicos, promotoras/es, assistentes sociais, antropólogas/os - para atuação estratégica;
- Elaboração e/ou publicação de estudos, pareceres, relatórios, pesquisas, documentos da KAG, OKA e das pesquisadoras e pesquisadores indígenas - estes textos têm dupla função: comunicação, visibilidade, e informar e tornar mais robusta a argumentação jurídica com as instituições (Defensorias, MP e Tribunais).

ANTROPOLOGIA O.K.A

O que pode ser a *Antropologia*?

A Antropologia nasce como uma ciência colonial, cujo objetivo era o estudo do “Outro”, sempre representado pelo “nativo” - o “selvagem”, o “primitivo”, o “indígena”. Compreender as formas de organização, pensamento e diferentes práticas da vida social dos povos não-europeus, à época da emergente disciplina, convergia para o apoio da consolidação do domínio ocidental sobre os territórios colonizados. A "observação participante" consistia, grosso modo, no recolhimento de dados de "informantes" - como eram referidos os interlocutores dos pesquisadores, para posteriormente através da "escrita etnográfica" publicar e partilhar aspectos dos sistemas simbólicos, políticos, sociais, rituais, etc., com as administrações coloniais.

Entretanto, as transformações históricas, em especial conduzidas pelas lutas anticoloniais dos povos, transforma também a Antropologia. A entrada dos povos indígenas na Antropologia, a apropriação e descolonização das ferramentas conceituais e da prática antropológica junto ao giro militante, comprometido e de engajamento com os povos indígenas - em especial, no contexto do Brasil e América Latina - possibilita hoje posicionar a disciplina como um importante instrumento de efetivação de direitos territoriais, sociais e políticos dos povos indígenas. A Antropologia, assim, inverte sua perspectiva sobre o “Outro” e passa a analisar os próprios alicerces da sociedade capitalista e ocidental, para entender e reverter o rastro de destruição deixado por séculos de colonização e extrativismo.

Os objetivos, organização e atividades principais dos/as antropólogos/as na O.K.A, portanto, se alinham às necessidades oriundas dos *tekoha* Guarani e Kaiowá e definidas pelas conselheiras e conselheiros da Kuñangue Aty Guasu. A antropologia pode ser, deste modo, parte do caminhar Kaiowá e Guarani - um grande *oguatá*-perguntando e perguntar-caminhando em direção à re-existência dos modos de ser no curso das lutas.

1. Objetivo da Antropologia e dos/as Antropólogos/as na O.K.A

A O.K.A pretende reunir antropólogos/as indígenas e não-indígenas para o acompanhamento das atividades e demandas da Kuñangue Aty Guasu, com ênfase na elaboração de trabalhos coletivos, relatórios, laudos, perícias, oficinas e formações voltadas para a **garantia dos direitos territoriais, sociais, políticos e jurídicos dos Guarani e Kaiowá**. A elaboração de Grupos de Trabalho coordenados pelos/as antropólogos/as membros/as deverá compreender um campo interdisciplinar de atuação que cubra as principais necessidades decorrentes das ameaças jurídico-políticas provocadas pelo Estado brasileiro e pelo contexto de guerra decorrente da atuação dos representantes do agronegócio. **Os Grupos de Trabalho deverão contar, necessariamente, com porta-vozes e participação ativa das comunidades de acordo com os *tekoha* onde se realizarão as atividades da O.K.A, assim como o acompanhamento de conselheiras da Kuñangue Aty Guasu.**

O Estado, dada sua estrutura colonial e racista, diante da intensificação contemporânea do extrativismo e da exploração dos corpos-territórios Guarani e Kaiowá, segue concretizando a agenda dos grandes capitalistas e empresas multinacionais. A FUNAI, sendo parte deste mesmo Estado, por encontrar-se militarizada e comandada por agentes dos interesses do agronegócio, já não possui condições para dar continuidade aos processos de demarcação de terras indígenas. Neste sentido, **a O.K.A considera os processos de retomada e recuperação dos *tekoha* como uma das principais ações auto-organizadas pelos Guarani e Kaiowá** pela efetivação de seu direito fundamental à terra e território. A O.K.A buscará, de forma autônoma, consolidar mecanismos contra-institucionais de defesa dos *tekoha* e dos direitos negados e retirados pelo Estado brasileiro.

Para tanto, a produção de material científico, RCIDs autônomos, dossiês, registros audiovisuais e acompanhamento in loco associado à pesquisa etnográfica, objetivará reunir evidências e dados antropológicos para sustentar, justificar e fundamentar a defesa dos Guarani e Kaiowá no conjunto de suas lutas, denúncias e enfrentamentos às violações de direitos que afetam os *tekoha* do cone sul do Mato Grosso do Sul. Ademais, uma prática antropológica anti-colonial conjuntamente aos Guarani e Kaiowá e à Kuñangue Aty Guasu, implica em colocar todas as ferramentas, práticas e saberes coletivamente tecidos entre antropólogos e *tekoha* a serviço das históricas e correntes resistências pela **reconstituição integral do grande território ancestral dos povos.**

Atividades e objetivos principais

- Partir do sistema de conhecimento Kaiowá e Guarani para caminhar e sentipensar antropologias dissidentes a serviço dos povos, a partir da escuta e solidariedade ativas;
- Coordenação de Grupos de Trabalho interdisciplinares e técnicos que abranja biólogos/as, geógrafos/as, psicólogos/as, advogados/as e participação comunitária voltados para a identificação e fortalecimento dos processos de auto-demarcação de Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul;
- Realização de laudos e perícias antropológicas para a defesa dos direitos dos povos Guarani e Kaiowá, assim como seus respectivos patrimônios culturais e entes ancestrais;;
- Através da história oral, das histórias de vida e testemunhos, em colaboração com a equipe audiovisual, elaborar materiais e documentos com base no registro das narrativas e memórias das *nhandesy* e *nhanderu*;
- Organização de relatórios de violência junto à Kuñangue com fundamentação antropológica e jurídica;
- Organização de eventos, oficinas e atividades de popularização dos debates no âmbito dos *tekoha*;
- Organização de eventos e reuniões junto às demais instâncias de decisão do povo Guarani e Kaiowá, movimentos e, se necessário, órgãos competentes para tratar das principais denúncias articuladas pela Kuñangue Aty Guasu;

MEIO AMBIENTE O.K.A

Autogestão Ambiental e Territorial Guarani Kaiowá

As Terras Indígenas são os territórios que mantêm a maior parte da geo/biodiversidade protegida e possuem papel fundamental e estratégico na conservação dos ecossistemas e biomas do país. Nessas dimensões territoriais e ambientais, os povos originários contribuem de modo valoroso para a manutenção e para o grande desafio de recuperação dos biomas brasileiros tendo como substrato seus modos de vidas, conhecimentos tradicionais e ações comunitárias em defesa dos territórios e da vida.

Nesse sentido, o Plano de autogestão Territorial e Ambiental é uma ferramenta com base nas ações comunitárias de caráter dinâmico e coletivo que visa o fortalecimento da recomposição ecológica dos territórios devastados pelos modelos de neoeextrativismo. O plano tem como fundamento a construção coletiva a partir das especificidades de cada comunidade e por meio do protagonismo, da autonomia e da livre autodeterminação dos povos indígenas. Compreendemos que o fortalecimento da base comunitária e dos conhecimentos tradicionais é o principal alicerce para a construção coletiva do processo de recomposição dos nutrientes da terra diante do desterro promovido pelo modelo predatório e genocida do agronegócio.

O Plano de autogestão Territorial e Ambiental tem como base dois eixos temáticos: a **proteção/controlar/autodefesa territorial e a recomposição/fortalecimento dos sistemas socioecológicos pela própria comunidade por meio dos conhecimentos tradicionais e das tecnologias sociais** propiciando ao mesmo tempo o fortalecimento dos sistemas de tomada de decisão coletiva e as formas de manejos tradicionais. Sob essa perspectiva, é preciso levar em consideração a auto-organização e as cosmopercepções próprias dos povos sobre os biomas que compõem os territórios, no caso dos tekoha Guarani Kaiowá é preciso saber que a Mata Atlântica é predominante na dimensão dos territórios ancestrais e fundamental para as dimensões ecológicas, territoriais e cosmológicas.

Os dois eixos **proteção/controlar/autodefesa territorial** e a **recomposição/fortalecimento dos sistemas socioecológicos pela própria comunidade por meio dos conhecimentos tradicionais e das tecnologias sociais**, formam o alicerce dos seguintes objetivos e atividades a serem realizadas coletivamente:

Objetivos e atividades:

1. valorizar o protagonismo e a autonomia das bases comunitárias, suas organizações e a participação ativa e direta da comunidade; construir cartografias sociais para abordar a importância dos lugares e das espécies de cultivo mais utilizadas tradicionalmente
2. controle e monitoramento territorial, etnomapeamentos com agentes comunitários Guarani Kaiowá, oficinas comunitárias articulando as experiências entre os Tekoha
3. compartilhamento, conservação e manejo de sementes e mudas, fortalecimento das *kokue* (roças) para segurança e autonomia alimentar,

recuperação e plantio de variedades alimentares e de medicinas tradicionais, recuperação de áreas degradadas próximas às nascentes das comunidades e regiões hidrográficas essenciais aos Guarani Kaiowá; e fortalecimento da conservação e diversificação das áreas de floresta remanescente.

4. fortalecimento do compartilhamento de conhecimentos e das tecnologias tradicionais; fortalecimento da aliança com as ações da Unidade Experimental da aldeia Teý'ikuê e outros Tekoha que estão fortalecendo ações comunitárias de reflorestamento
5. fortalecer a articulação com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) por meio de comitês locais e regionais com o projeto de reflorestamento proposto pelas mulheres indígenas desde a última Marcha das Mulheres Indígenas (2021), possibilitando a criação de um programa de recomposição ecológica e autogestão territorial a partir das especificidades dos biomas em que se encontram os territórios.
6. valorização da aliança entre o conselho autônomo da Kuñangue e a contribuição das mulheres indígenas e dos seus conhecimentos e práticas para a manutenção, conservação e recomposição ecológica a partir dos cultivos/espécies e das formas de manejo tradicional.
7. Articulação e intercâmbio com movimentos socioterritoriais de outros povos originários que estão fortalecendo os planos de gestão territorial e ambiental, assim como com outros movimentos populares como o MST e a Teia dos Povos
8. Articulação com órgãos públicos voltados à recuperação ambiental, organizações da sociedade civil socioambientalistas e órgãos internacionais.

ACOLHIMENTO: Cuidado Psicossocial O.K.A ***Teko Porã, Teko Vy'a, Teko Araguayje, Ñandereko***

O que pode ser o Acolhimento das vozes?

O percurso histórico até chegarmos numa compreensão de cuidado “aos” povos indígenas no interior da produção de conhecimento das ciências, é marcado por ideias excludentes e discriminatórias, a exemplo do questionamento colonial se os povos originários tinham alma/humanidade e da suposta inferioridade destes povos baseada no racismo. Essa condição ancorada em noções etnocêntricas, coloniais e racistas seguem atualizadas em currículos de formação e práticas

profissionais, exigindo deslocamentos radicais dessas ideias para os olhares e entendimentos dos povos, em especial das mulheres indígenas.

Para produzirmos coletivamente Acolhimento e Cuidado Psicossocial precisamos desaprender as ideias coloniais/racistas e aprender conhecimentos e práticas de cuidado com as mulheres Kaiowá e Guarani!

A OKA traz a problematização das categorias não indígenas utilizadas em documentos institucionais no que se refere à “saúde mental”, sendo importante a escuta das vozes que contemplam suas expressões e concepções de adoecimento, cuidado, acolhimento, entre outras preciosidades do cenário de relações entre os povos. Aqui podemos visibilizar o *teko porã*, *teko vy’a*, *teko araguyje*, *ñandereko* e demais expressões costuradas ao modo de existir kaiowá e guarani.

A O.K.A exige esse movimento consciente e sensível aos saberes originários que resistem ancestralmente através das guardiãs dos conhecimentos Kaiowá e Guarani: *ñandesy*, *jari* e *jaras*. Esse processo se dá numa escuta solidária que surge do chão dos territórios, das terras vermelhas dos *tekoha*, empoeirada da luta histórica Kaiowá e Guarani. Para tanto, as referências intelectuais, políticas e ideológicas são as mulheres que vivem e sobrevivem cotidianamente na base: nas reservas, nos acampamentos, nas retomadas e nas terras demarcadas.

O Acolhimento na OKA necessita ser um conhecer e fazer guiado pelos cuidados tradicionais das quais as mulheres Kaiowá e Guarani são as guardiãs. São esses conhecimentos produzidos desde as cosmologias Kaiowá e Guarani que possibilitaram/possibilitam a resistência aos projetos genocidas e etnocidas, e ao mesmo tempo, fazem brotar a vida desde os horizontes do *teko porã*, *ñandereko*, *teko vy’a* e *teko araguyje*.

Os conhecimentos não indígenas, tais como os entendimentos de saúde mental, saúde coletiva, acolhimento e escuta psicossocial, trazem o desafio de serem aliados solidários na luta por território, saúde e dignidade dos povos. Enfatizamos a necessidade de serem referenciados a partir dos conhecimentos das mulheres Kaiowá e Guarani desde as bases a partir da educação popular. O processo de Acolhimento na O.K.A busca ser político e comunitário, no fazer junto, fazer com as Conselheiras da Kuñangue Aty Guasu e as mulheres Kaiowá e Guarani.

O processo de Cuidado Psicossocial na OKA escuta a ancestralidade das mulheres, onde quando se fala em raízes, banhos, cantos, rezas, *ñemongara’i*, *ñembo’e* ou *pohã ñana*, fala-se do cuidado às emoções, às relações de força e afeto do povo kaiowá e guarani. Quando a voz grita luta em espaços coletivos, nos rabiscos de

cartazes e faixas, ecoa-se coletividade, resistência, enfrentamento de opressões. Quando demarca-se em tribunais uma sentença de resistência no *kuati'a* em defesa do *tekoha*, é a voz da mãe terra ecoando justiça através da força das matas, das águas, dos espaços de cura!

A OKA quer cuidar COM as Jary, COM as parteiras tradicionais, COM as *Ñandesy*, cuidadoras tradicionais kaiowá e guarani, que amparam, no ecoar do *takuapu*, a chegada da **existência kaiowá e guarani**, em meio ao genocídio! Amparam o corpo de luta, e semeiam as boas práticas de cuidado na poesia da vida, sendo as *cuidadoras tradicionais* muito próximas ao cuidado humanizado e à prevenção de processos invasivos, com o preparo do corpo através do cuidado tradicional, firmando o fio da ancestralidade, no enfrentamento à dominação.

Costuras do Cuidado em Luta (Objetivos e Atividades):

1. Conhecer e aprender as políticas de cuidado tradicional para promoção colaborativa do Cuidado Psicossocial O.K.A junto às mulheres Kaiowá e Guarani e a Kuñangue Aty Guasu;
2. Oportunizar escuta sensível para as demandas, necessidades e reivindicações das mulheres Kaiowá e Guarani para a promoção de Acolhimento e Cuidado Psicossocial;
3. Contribuir com ações de combate aos discursos racistas e discriminatórios ligados ao agronegócio que violam os corpos-territórios das mulheres Kaiowá e Guarani por meio da elaboração de materiais comunicativos;
4. Participar de estudos e análises técnicas em Grupos de Trabalho interdisciplinares para auxiliar na autodeterminação dos territórios tradicionais;
5. Participar de estudos e análises técnicas em Grupos de Trabalho interdisciplinares para denúncia de processos de violação de direitos;
6. Colaborar com a organização de encontros, eventos e mobilizações afins para o fortalecimento das lutas das mulheres Kaiowá e Guarani;
7. Visibilizar, monitorar e denunciar as violações de Direitos Humanos, considerando: Violação de território, Rede Socioafetiva/comunitária, Segurança Alimentar, Saúde, Segurança, Educação, Assistência Social, Encaminhamentos jurídicos, formas de acesso às políticas de direito.

8. Acompanhar e contribuir com caminhos de Cuidado Psicossocial às mulheres Kaiowá e Guarani.

9. Mapear a rede de luta/apoiadores(as) nas regiões específicas das mulheres kaiowá e guarani, contribuindo com maior segurança nas ações da OKA.

TAPE (estrada) do CUIDADO:

- Construir um espaço protegido para recepção inicial dos relatos/informações, como um referencial de registro e direcionamento das demandas identificadas em demais espaços/vias de busca à OKA, de forma que possibilite desenhar a articulação inicial das ações de cuidado;
- Realizar escuta de acolhimento sensível e protegida, construindo junto à pessoa acolhida sua rede de vinculações de confiança/socioafetiva, **considerando seu modo de existência/concepções, sendo primordial a possibilidade de expressão na língua materna desde o início do acompanhamento;**
- Costurar Plano de Cuidado/Acolhimento (*oguta* do cuidado), com escuta segura e multiprofissional, preservando possibilidades de sigilo construídas junto à pessoa e **suas concepções de cuidado/modo de existência**, sendo **inadmissível na OKA a revitimização e o doloroso recontar da situação de violação em repetidos espaços;**
- Realizar e acompanhar as ações do Plano de Cuidado (*oguta* do cuidado) preservando sintonia constante com as condições da pessoa acompanhada;
- Participar de espaços coletivos com atenção às pautas de luta dos movimentos indígenas, como processo de aprendizado à partir da pedagogia kaiowá e guarani;
- Sintonizar as ações de cuidado tendo como referência as pautas e propostas discutidas nos encontros da Kuñangue Aty Guasu e no Mapeamento das Violências, para costura com as expressões de luta das mulheres kaiowá e guarani.

Assistência social O.K.A

A Assistência Social é uma política pública que busca prover seguranças socioassistenciais à população brasileira: seguranças de sobrevivência (renda e autonomia),

acolhida, convívio familiar e comunitário. Entretanto, o acesso dos povos indígenas a ela é bastante limitado e de forma extremamente precária.

Ainda que, desde sua implantação, essa política preveja em suas diretrizes a necessidade da adoção de mecanismos que respeitem e valorizem os modos de vida tradicionais, garantindo o direito aos seus costumes, crenças, organização social, bem como, a promoção de um trabalho social equitativo. O que vivemos na prática nos mostra que isso ainda está longe de acontecer.

As dificuldades enfrentadas pelos indígenas variam desde de: ausência conceituações teórico-metodológicas que orientem os profissionais que atendem esses povos; práticas assistencialistas em detrimento de garantia de direitos; inexistência de profissionais falantes da língua ou intérpretes de guarani; dificuldade de acesso aos equipamentos disponíveis (longas distancias); burocratização e morosidade do acesso a documentação e benefícios eventuais (cestas básicas, cobertores, lona, auxílio moradia, auxílio funeral, etc); exclusão digital que impede muitos indígenas em situação de extrema vulnerabilidade de acessarem benefícios de transferência de renda; desassistência aos territórios de retomada; desrespeito à autodeterminação e autonomia dos povos; criminalização das mulheres indígenas, em especial as mães, que por diversas vezes tem seus filhos arrancados do convívio familiar; despreparo e preconceito dos profissionais; exclusão das jary, nhandesys, lideranças, nhanderus, rezadores do processo de construção das atividades desenvolvidas dentro dos tekohas; dentre outros.

Assim, a O.K.A busca a efetivação da assistência diferenciada aos povos indígenas, especialmente no que tange a matricialidade sociofamiliar e socioterritorial, entendendo que é importante a tomada de concepções ampliadas do conceito de família e território, principalmente, quando referenciados desde as compreensões cosmológicas dos próprios povos.

Pouco se fala, por exemplo, em concepções de organizações sociais que privilegiem as parentelas e os vínculos comunitários como estruturantes das sociedades indígenas. Conceitos como os de autonomia e protagonismo ultrapassam os limites da família burguesa para alcançar a coletividade. O exercício da autonomia vincula-se diretamente ao direito à livre determinação, ao direito ao seu território e seu modo de vida, cancelando todo tipo de subordinação ou exclusão.

Nessa mesma esteira, conceitos como vulnerabilidade, risco social, autonomia, protagonismo, pobreza, dentre outros, precisam ser tratados com cuidado quando se tratam de comunidades indígenas, isso porque necessitam ser referenciados nas especificidades e organização social dos próprios povos, e não nos modelos hegemônicos de sociabilidade. Não é possível aceitar políticas que criminalizem os modos de ser tradicionais e reproduzam o racismo constituinte das relações colonialistas. A atuação com as comunidades indígenas requer do profissional respeito à diversidade de arranjos familiares, sistemas produtivos, organização socioespacial, complementaridades de gênero, valores culturais, socialização de crianças e adolescentes, práticas de cuidado em saúde, etc.

Em relação ao território, é fundamental que se compreenda o processo de genocídio, etnocídio e desterritorialização que os povos indígenas sofreram e sofrem desde o início da colonização do país até as formações sociais da região em que atua, a exemplo dos conflitos fundiários do local, criação das Reservas e Terras Indígenas.

Também é preciso observar a situação dos indígenas que se encontram em situação urbana, que são constantemente expostos a processos de deslegitimação de sua autodeterminação. Estar em situação urbana não significa perder sua identidade indígena, ou mesmo a perda e ausência de costumes e práticas culturais tradicionais.

Serviço Social

- **O que é?**
- Os territórios indígenas onde vivem as Ñandesy, principais norteadoras da Kuñague Aty Guasu são fundamentais para existência dos modos de vidas tradicionais, cosmológicos, as relações sociais, os sistemas de crenças, pertença, autonomia e autoconhecimento. Dessa forma pensamos nas diversas formas de espaços que as mulheres indígenas ocupam, seja em contextos urbanos, contexto de retomadas e em terras indígenas.
- Nesse sentido, para o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, o acesso e garantias de direitos se dá através da Assistência Social, que é uma

política pública e deve dialogar de forma integrada com as políticas setoriais, lideranças tradicionais, rezadores e demais representantes, respeitando as relações do território, o protagonismo e autonomia do povo que ali pertence. A Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas asseguram aos povos indígenas a oferta de políticas públicas diferenciadas.

- Sendo assim, a Kuñangue Aty Guasu busca por empoderamento das mulheres, acolhendo, compreendendo, orientando e intervindo na realidade, através de articulações com outros serviços para viabilizar seus direitos, assimilando que no atual contexto, passamos por uma crise sanitária, social, política e econômica onde as mulheres indígenas foram drasticamente impactadas e vulnerabilizadas, tendo a temática da violência como tema central, trabalhando dessa forma com a violação dos Direitos Humanos.

- **Objetivos:**

- Organizar, planejar e realizar trabalho com mulheres indígenas, de forma interdisciplinar para compreensão das dimensões individuais e coletivas da situação de violência vivenciada.
- Trabalhar o projeto ético-político, através do conhecimento teórico metodológico, que promova uma reflexão crítica sobre as políticas públicas de territórios, suas vulnerabilidades e riscos.
- Prestar assessorias e realizar estudos sistematizados e socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades locais, o fortalecimento do coletivo, a formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos assegurados.

- **Atividades principais:**

- Organizar e coordenar seminários, oficinas e eventos para debater e formular estratégias coletivas sobre as violações de direitos que são trazidas pelas mulheres indígenas em seus diversos contextos de territórios;
- Elaborar pareceres, relatórios, perícias, pesquisas e estudos sobre a temática tendo como base principal as mulheres Guarani e Kaiowá.
- Realizar formações e oficinas em empreendedorismo, trabalho e renda, Direitos Indígenas para autonomia e empoderamento da mulher indígena.

- Disponibilizar um espaço de escuta, acolhimento e atendimentos individuais ou coletivos para as mulheres Guarani e Kaiowá.
- Contribuir com ações de combate aos discursos racistas e discriminatórios das mulheres Kaiowá e Guarani por meio da elaboração de materiais comunicativos.
- Participar de estudos e análises técnicas em Grupos de Trabalho interdisciplinares para denúncia de processos de violação de direitos;

Ter profissionais e colaboradores com trabalho interdisciplinar de observação cuidadosa da realidade social local, visando à superação da situação de vulnerabilidade social, acesso e manutenção dos direitos adquiridos, respeito e qualidade no seu modo de vida

Movimentos Sociais, Organizações Populares, Coletivos e Educação Popular

A Kuñangue Aty Guasu tem como principais protagonistas as *ñandesys* (rezadoras/lideranças político-espirituais) e seus saberes ancestrais como eixo vital do fortalecimento da luta das mulheres desde a base, a autonomia e o território. Nessa caminhada temos fortalecido nosso processo de auto-organização nas bases comunitárias articulado ações da Kuñangue Aty Guasu às redes de apoio mútuo.

Enquanto conselho e organização de base, a Kuñangue estabelece articulações com outros movimentos sociais, organizações populares, coletivos e iniciativas de educação popular indígenas, anticapitalistas, antirracistas, feministas e LGBTQIA+ a nível local, nacional, regional e internacional. Há, ainda, envolvimento de coletivos anarquistas, conselhos indigenistas, defensorxs de direitos humanos, trabalhadorxs sem-terra, estudantes, músicxs, artistas e produtorxs musicais. Em termos de educação popular, a Kuñangue se envolve com cursos de formação, projetos de extensão, pesquisas, observatórios e minicursos em territórios indígenas.

Com essas parcerias dinâmicas e descentralizadas, a Kuñangue Aty Guasu se consolidou enquanto organização autônoma e voltada para a defesa da vida e dos territórios dos povos Guarani e Kaiowá, em especial das mulheres e meninas. Sendo assim, o objetivo de reunir junto a O.K.A diferentes

movimentos e organizações deve considerar o respeito pelos nossos princípios de autonomia e auto-organização, assim como os saberes ancestrais que nos regem.

Atividades e objetivos da articulação com movimentos sociais, organizações populares, coletivos e educação popular do OKA

- Objetivo principal: articular as ações da Kuñangue Aty Guasu com as redes de apoio mútuo.
- Atividades e objetivos específicos:
 - Articulação com organizações locais, nacionais, regionais e internacionais em relação à pauta indígena;
 - Organização de apoio a ações de resistência em defesa de corpos-territórios da comunidade Guarani e Kaiowá em diferentes regiões, como a Luta contra o Marco Temporal e a Marcha das Mulheres Indígenas, entre outras;
 - Facilitar o encaminhamento de demandas das comunidades e das mulheres e meninas Guarani e Kaiowá em atividades como: transporte, acesso à informação, alimentação para atividades, hospedagem e recursos;
 - Levantamento e troca de mudas e sementes criolas, bem como manejo de nascentes e reflorestamento com companheirxs de outras organizações de base ligadas à pauta ambiental e de direitos territoriais;
 - Cooperação dentre os diversos setores do OKA para atividades de caráter interdisciplinar e/ou com equipe multidisciplinar (por exemplo, educação popular sobre direitos territoriais com o pessoal do jurídico);
 - Para a educação popular:
 - Em territórios indígenas, em módulos específicos e de acordo com as demandas das comunidades;
 - Para apoiadorxs e movimentos sociais, com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre as cosmovisões Guarani e Kaiowá, aproximando apoiadorxs dos povos,
 - Trocas sobre metodologias de educação popular, “pensar com os pés no chão” ou educação para a liberdade (por exemplo, Paulo Freire e Francisco Ferrer).

Se houver dúvidas entre em contato conosco pelo e-mail:
atykunkuera@gmail.com.

Atymã porã, obrigadx!